

A IMPORTÂNCIA DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO

Maria do Socorro de Lima Oliveira¹, Ghislaine Duque²

¹Bolsista CNPq/PPGS, Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Avenida Aprígio Veloso, 882, Bodocongó, 58109-970 – Campina Grande – PB. e-mail: mdelimaoliveira@yahoo.com.br

²Professora Orientadora PPGS/CH, Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Avenida Aprígio Veloso, 882, Bodocongó, 58109-970 – Campina Grande – PB. e-mail: ghduque@uol.com.br

Resumo: A Articulação do Semi-Árido da Paraíba (ASA/PB) é um fórum de pessoas e entidades unidas com o objetivo de experimentar e propor alternativas sociais e tecnológicas visando a convivência do produtor agrícola familiar na região. Iniciativas semelhantes também estão sendo realizadas em todo o Semi-Árido nordestino (ASA/Brasil), a exemplo do projeto Um Milhão de Cisternas (P1MC), apoiado pelo governo federal. No entanto, a originalidade da experiência paraibana é que em todas as ações aqui promovidas foi adotado, como forma de financiamento e estratégia organizativa, o sistema dos Fundos Rotativos Solidários (FRS). Os FRS podem ser caracterizados como uma organização alternativa de crédito que torna o financiamento mais acessível, dando a oportunidade aos pequenos agricultores de participarem de sua gestão. O artigo apresenta esse sistema, analisa sua originalidade em relação a outros tipos de mini-créditos, demonstra sua contribuição para o fortalecimento do capital social comunitário, bem como para o desenvolvimento sustentável da região.

Palavras-chave: Fundo Rotativo Solidário, Produção Familiar, Solidariedade, Capital Social.

Área do Conhecimento: VII - Ciências Humanas

Introdução

Desenvolver de forma sustentável o Semi-Árido nordestino é um grande desafio. Essa região abriga um contingente populacional relativamente importante – seria a área semi-árida mais densamente povoada do mundo - num ecossistema oferecendo condições pouco favoráveis para as atividades agrícolas e com fracos investimentos nos setores industriais e de serviços. A agricultura familiar de subsistência ainda é a atividade que sustenta boa parte da população rural ativa, junto com as rendas provenientes de transferências sociais, estas particularmente importantes em anos de seca. Os debates atuais sobre o “Novo Rural” frisam o papel sempre mais relevante das atividades não agrícolas na manutenção das famílias rurais. O raciocínio que sustenta essa argumentação não vale para o Semi-Árido, justamente pela falta de oportunidade de empregos fora da agricultura familiar, uma vez que a própria pobreza do ambiente não é capaz de atrair investimentos capitalistas.

Nossas pesquisas de campo confirmam essa afirmação. Fora alguns cinturões na proximidade de cidades de maior porte capazes de oferecer empregos (Na Paraíba: Campina Grande, e em menor medida Patos, Sousa, Cajazeiras e outras poucas cidades), a agricultura ainda é o meio de vida principal da população rural do Semi-Árido, e isso apesar das condições particularmente difíceis do meio natural.

No entanto, ousamos afirmar que o maior obstáculo ao desenvolvimento sustentável do Semi-Árido não é a falta de chuva ou sua irregularidade. Existe hoje uma série de alternativas tecnológicas simples e baratas que permitem armazenar as águas de chuva e destiná-las ao consumo e à produção. Entre os obstáculos ao desenvolvimento da agricultura pesam também a fraca qualidade dos solos prejudicados pela queima da vegetação nativa e pela intensificação das culturas (consequência da diminuição das parcelas no processo de divisões por herança) e a estrutura fundiária extremamente

concentrada. Um estabelecimento não é sustentável no Semi-Árido se não tiver uma superfície suficiente para produzir o alimento do ano – da família e dos animais – e as reservas para os possíveis anos de seca subseqüentes. Digamos que essa meta exige pelo menos uns 20 a 30 ha, segundo as condições do solo, da vegetação e dos recursos hídricos. Exige também uma infraestrutura de armazenamento da água, cercas, maquinas (forrageira, silos), e pequenos prédios rurais como estábulos ou apriscos.

Mas nossa identificação dos obstáculos que se opõem ao desenvolvimento sustentável do Semi-Árido vai além disso tudo. Ou melhor, se situa num patamar cronologicamente anterior, numa pré-condição que impede a obtenção dessas condições mínimas, numa situação criada que explica na maioria das vezes o “abandono” (para adotar a expressão popular local) das populações rurais da região. Estamos nos referindo ao que chamaríamos de “cultura da subalternidade”, reforçada por uma relação individual de dependência vertical, contrária às formas horizontais de organização. Herança da escravidão e do coronelismo essa “cultura” mantém as populações numa relação de dependência em relação ao poder local, seja ele representado pelo grande proprietário, pelo “chefe” político, pelo poder municipal ou estadual. O binômio: “Um favor - um voto” continua imperando, dando continuidade ao “poder dos donos”. Mesmo os programas ditos “participativos” na maioria dos casos não puseram fim a essa situação, só lhe deram outra configuração: o prefeito nomeia os membros dos diversos Conselhos que assinam documentos preparados por “especialistas”, obedecendo às orientações do poder local. Isto significa dizer que nesses conselhos, os representantes populares não defendem os interesses da população, mas referendam e legitimam a imposição de interesses alheios.

Enquanto as “classes subalternas” não tiverem acesso à autonomia política, elas não defenderão seus próprios interesses, ou seja: a reforma agrária, políticas de apoio adaptadas à agricultura familiar, condições de crédito desburocratizadas, etc. Enquanto permanecerem dependentes a título individual, não terão acesso às formas de

organização que tornam possível a luta eficiente para uma mudança da situação de subalternidade.

Essa difícil libertação supõe pelo menos duas condições: uma verdadeira revolução mental dos indivíduos, e uma organização comunitária forte. É a esses dois níveis que o sistema dos Fundos Rotativos Solidários vem contribuir.

Metodologia

A pesquisa foi realizada em três etapas: Em primeiro lugar, a partir da consulta dos arquivos da ASA/PB, fizemos um levantamento de todas as Comunidades onde o sistema de FRS foi implementado. Depois visitamos algumas destas comunidades e em seguida escolhemos a comunidade de Mandacaru e Cardeiro (nomes fictícios) para uma pesquisa de campo mais detalhada. É importante salientar que: embora a pesquisa tenha sido centrada, mais especificamente, em duas comunidades, outras foram estudadas. Portanto, o presente artigo se remete a uma conjuntura geral dos FRS no Estado da Paraíba. Na segunda etapa foi realizado o trabalho de campo com o intuito de reconhecer a área a ser estudada para compreender a configuração do espaço, o modo de vida dos camponeses, o sistema de produção adotado por eles e o funcionamento dos Fundos. Ainda nesta fase foram feitas às entrevistas com alguns membros das famílias que compõem as comunidades de Mandacaru e Cardeiro, inclusive com os que não fazem parte dos grupos de FRS. Ao todo foram entrevistadas 35 pessoas. Adotamos o sistema de entrevistas semi-estruturada com o auxílio de roteiro prévio e de gravador. Também foi muito útil a confecção de um diário de campo. Na terceira etapa foram feitas as transcrições das fitas, a análise dos dados das entrevistas e das anotações do diário de campo. Por fim, houve a confecção de um relatório e de alguns artigos.

Resultados e Discussão

A maioria dos agricultores do Semi-Árido não tem acesso a qualquer forma de crédito bancário. No entanto, o crédito é uma prática que sempre existiu, seja na forma de adiantamentos em espécie anotados na caderneta da bodega, ou de empréstimo pelo padrão a ser devolvido na safra, ou ainda de crédito concedido pelo atravessador a ser pago “na folha”. Mas essas formas de crédito mantêm a dependência, ou seja, a situação de subordinação e a obrigação de retribuir o favor com juros e lealdade.

É verdade que existem, também, práticas solidárias de ajuda mútua e empréstimos entre iguais, no âmbito da reciprocidade, quando um parente ou um amigo passa por problemas pessoais. Mas esses casos dizem respeito a situações emergenciais, não permitem a decolagem da economia familiar.

Por outro lado, quando o produtor familiar recebe um apoio qualquer do poder público (inscrição nas frentes de emergência, um carro-pipa com água, transferências sociais), ele não percebe isso como um direito seu. Ele se acha obrigado a retribuir o “favor”. Portanto, ele permanece na cultura da subalternidade.

O sistema de Fundos Rotativos Solidários tem vários aspectos. Em primeiro lugar ele responde a essa necessidade de pequenos investimentos produtivos ou de infra-estrutura que permitem a decolagem da economia familiar. Em segundo lugar, não é um favor, é um empréstimo que será pago (pelo menos parcialmente, pois tem um tipo de rebate), e que não cria dependência. O produtor se sente orgulhoso de mostrar o bem construído e declara: “Antes a gente procurava o prefeito para ter ajuda, agora é o prefeito que procura a gente para saber de onde vem essa cisterna, e a gente responde: é nossa, é a gente que fez!” Os depoimentos da população demonstram a mudança fundamental de atitude em relação ao poder público.

Em terceiro lugar, o sistema dos Fundos Rotativos Solidários é o pontapé inicial para a organização da comunidade, e talvez seja nisso que reside seu valor essencial para modificar a situação de subdesenvolvimento.

Mas antes de desenvolver esses argumentos, é necessário dar umas informações sobre os FRS e seu funcionamento.

Os FRS têm um objetivo imediato: permitir aos produtores organizados em grupos ou associações de obter um crédito modesto para construir uma cisterna, uma barragem subterrânea, ou qualquer outro bem necessário para sua convivência com o Semi-Árido, sem ter que passar pela burocracia e pelas exigências próprias aos bancos, e assegurando que os recursos devolvidos vão ser utilizados por outras famílias ou para outras necessidades do grupo ou da comunidade. A dívida é paga segundo modalidades definidas localmente, em função das possibilidades dos envolvidos.

O sistema é aplicado na Paraíba desde 1993, inicialmente para a construção de cisternas de placas, e se estendeu a todo tipo de benfeitorias desejadas pela população: barragens subterrâneas, cercas, reflorestamento, compra de animais etc. Esse sistema foi adotado a seguir pela Articulação do Semi-Árido Paraibano, com a colaboração de um grande número de parceiros, para o Programa Um Milhão de Cisternas.

Segundo o modelo inicial ainda aplicado integralmente num certo número de municípios, precisa em primeiro lugar que a comunidade esteja organizada em grupos ou em associação; é esta que convoca as famílias que querem participar do programa, acompanha o trabalho, resolve os problemas, etc. Todas as decisões são tomadas em assembléia. Os agricultores interessados em construir cisternas em suas propriedades são convidados a se reunir em grupos de, por exemplo, cinco famílias. O programa financia o material para a construção da primeira cisterna de cada grupo. Um dos cinco participantes do grupo é sorteado com essa primeira cisterna. Um contrato é assinado, onde cada agricultor se responsabiliza pelo pagamento do material de sua cisterna. A construção da primeira cisterna, realizada pelo grupo sob orientação de um instrutor, serve de treinamento para os cinco participantes do grupo. Semestralmente (ou em ritmo diferente, segundo a decisão da associação em assembléia), cada participante do grupo paga 20% do valor da cisterna. Com esse dinheiro (5 x 20% = 100%) será construída uma segunda cisterna

a ser sorteada para outro agricultor do grupo, sempre com a mão de obra de todos os membros do grupo trabalhando juntos. Enquanto as cinco cisternas não estão terminadas, todos os membros do grupo podem tirar água das primeiras cisternas construídas. Com o pagamento da última parcela tem início um novo fundo para um novo grupo, ou a construção de um outro bem para o mesmo grupo, segundo decisão a ser tomada em conjunto com a comunidade.

Esse modelo inicial foi aos poucos adaptado em outros lugares, uma vez que o princípio é mesmo o da adaptação. Muitos preferem devolver a quantia inicial em quotas mensais, em 12 ou 24 meses. O prazo máximo adotado até agora é de 5 anos. Quando o prazo é longo, se dá a preferência a um sistema que impede a desvalorização do valor recebido inicialmente, aplicando um fator de correção, por exemplo: o preço atualizado do saco de cimento. Se uma família passa por dificuldades temporárias, ninguém vai cobrar. Haverá paciência e tolerância até que ela tenha condição de compensar seu atraso. Se a dificuldade for definitiva, em decorrência da morte do chefe de família, a Associação procura uma maneira para resolver o problema de forma solidária, por exemplo: assumindo parte da dívida, e/ou substituindo o pagamento em dinheiro por uma prestação de serviços. Outra idéia interessante é a seguinte: o empréstimo de animais; como cabras. A família cuida do animal e paga suas prestações com a venda dos rebentos. No fim do pagamento, devolve o animal e fica com um filhote.

Constatou-se com o tempo que a organização de grupos e o trabalho em mutirão se realizam mais facilmente lá onde a comunidade corresponde grosso modo a uma grande família, caso freqüente em Mandacaru e Cardeiro. Precisa pelo menos que os laços sejam bastante fortes para que haja confiança mútua e compreensão em relação à possível desigualdade no fornecimento de trabalho: “Fulano vive doente, trabalha menos”. Aqui também intervém a solidariedade. Como diz um presidente de associação: “É uma questão de consciência. Todos têm direito. Um é ajudado e ajuda aos outros. Isso não se aprende em um dia”.

Nos locais onde as casas são muito afastadas uma da outra, o mutirão se resume às vezes a uma família – pai e filhos -, ou às famílias de dois irmãos ou de dois primos. Com a extensão rápida do trabalho, o princípio do mutirão é aplicado com flexibilidade, o critério sendo a decisão da associação em função das circunstâncias. Têm locais onde o trabalho é de cada família individual, pois foi uma decisão da comunidade, mas o espírito de solidariedade (que nesse caso é menos evidente) permanece um princípio, uma vez que, pela devolução da quantia investida inicialmente, uma outra família será beneficiada.

O aspecto talvez mais interessante do sistema é que as decisões são tomadas pela comunidade reunida. Esta tem um poder real e se responsabiliza solidariamente pelo cumprimento das decisões tomadas. É o grupo (ou a Associação segundo os casos) que se responsabiliza pela gestão do Fundo: cobrança das prestações, compra do material, seleção ou sorteio dos beneficiados, discussão dos casos de inadimplência. Não podemos afirmar que não há nenhum problema - a aprendizagem da democracia não se faz do dia para a noite - mas na maioria dos casos, o sistema funciona relativamente bem, e há um certo número de casos realmente exemplares.

Finalmente, esse tipo de financiamento resgata a dignidade dos produtores, que não são considerados como “esmoleiros” mas como cidadãos capazes de conduzir seu próprio destino. Alias, nas condições habituais do crédito bancário, estão em situação de inferioridade, submetidos a exigências burocráticas (por eles identificadas como “humilhação”). Sem contar que, no Banco, são obrigados a pagar por tecnologias e “pacotes” geralmente inadaptados a suas possibilidades e lógicas.

Os produtores familiares organizados pelo sistema dos FRS estão se fortalecendo como atores sociais na medida em que sua vivência de solidariedade familiar e comunitária se traduz em organização eficaz. O sistema dos Fundos Rotativos Solidários reforça as associações e lhes dá condição de assumir um papel mais ativo no desenvolvimento municipal. Os testemunhos dos participantes ouvidos em reuniões de avaliação são eloqüentes. Falam dos laços da comunidade que foram reforçados. Todo mundo se conhece melhor. Os mais tímidos

declararam que aprenderam a falar em público, que não têm mais receio de opinar. Citam o caso de projetos oficiais: a Associação elaborou um projeto de eletrificação que foi aprovado, instalaram postos de luz, e até hoje estão esperando “a eletricidade chegar”, o que deixou todo mundo desanimado. Mas hoje, todo mundo se anima e ninguém perde a reunião, pois “dá gosto de ver o trabalho avançar”. Lá onde o trabalho começou com 5 cisternas, construíram 10, 20, 50. Têm municípios onde já têm mais de 150 cisternas e o pessoal já faz planos do que será feito quando cada casa tiver sua cisterna. E comparam com Estados vizinhos onde foram construídas cisternas a fundo perdido: “chegaram 10 e continua 10”. Pode se dizer que se criou uma dinâmica local que favorece a iniciativa e o compromisso.

Mesmo que um certo número de famílias particularmente carentes não consiga pagar seu material, a não ser uma parcela simbólica, cada família tomou consciência que se avança mais por suas próprias forças do que esperando que o socorro venha de cima. A cultura da subalternidade começa a ser abalada. O assistencialismo hoje é visto com desconfiança.

Conclusões

Podemos considerar que está se constituindo nas comunidades um verdadeiro capital social. Como anota Putnam [6]: A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Aqui, completa o autor (no caso que ele estuda), o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

No caso dos Fundos Rotativos Solidários, o capital social constituído pelas experiências positivas de mudanças na comunidade criam forças para objetivos maiores. Pois o desenvolvimento não é apenas crescimento econômico, é crescimento da capacidade da comunidade em tomar iniciativas. Levantando a cabeça, as famílias enxergam agora novos planos para melhorar a sua qualidade de vida. Não

vão mais esperar a “ajuda” dos prefeitos. Vão fazer seus próprios projetos e exigir das autoridades que o orçamento municipal considere a infra-estrutura rural, e que esse item seja visto como um dever das autoridades, um direito da população, e não como um favor. O desenvolvimento se torna sustentável, pois se apóia nas capacidades internas e autônomas da comunidade.

Referências

- [1] Abramovay, R. (2001). Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. São Paulo, Recife: MDA/FIDA/Projeto Dom Helder Câmara, out.
- [2] Abramovay, R. (2001). Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. Mim,
- [3] Bourdieu, P. (1989). O poder simbólico. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand.
- [4] Burstyn, M.(1985). O poder dos donos: Planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes.
- [5] Leal, V. N. (1975). Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Omega.
- [6] Putnam, R. D. (2002). Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV.